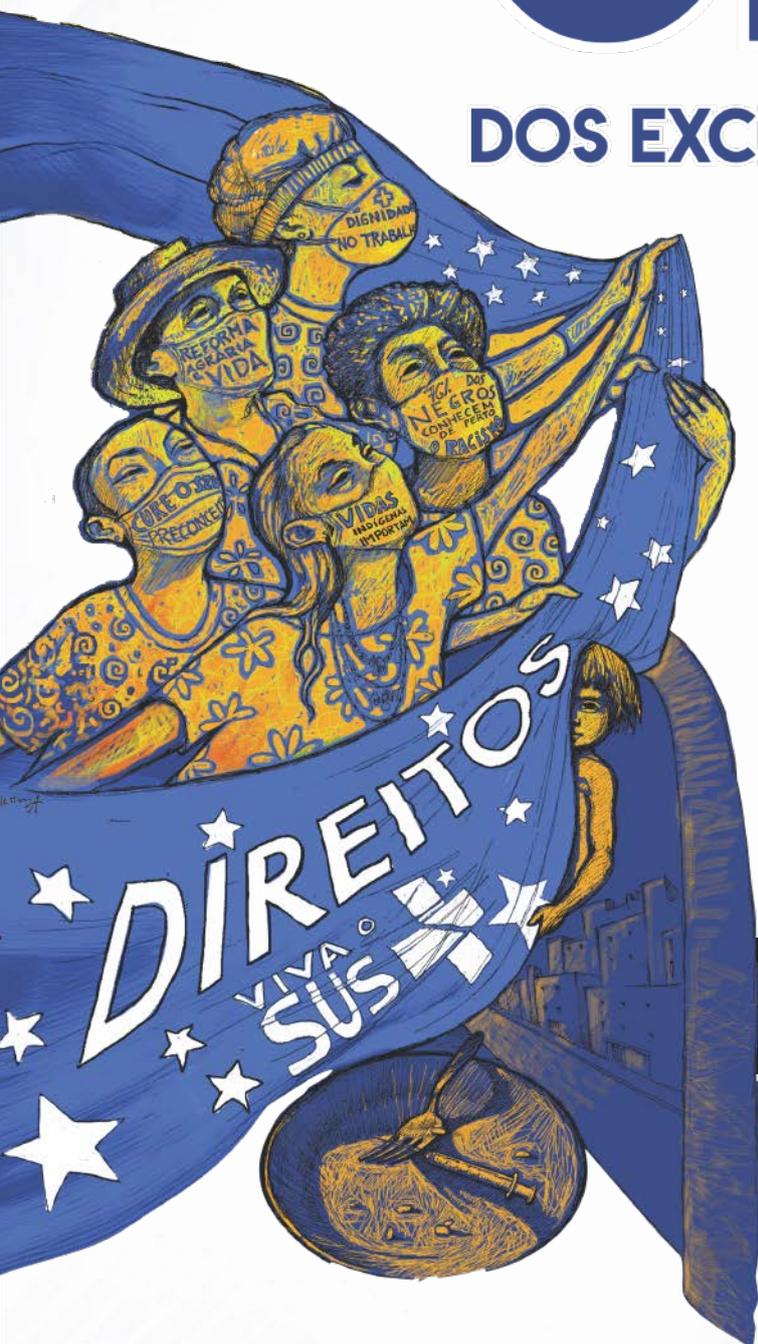


# 27º GRITO



## DOS EXCLUÍDOS E EXCLUÍDAS



# VIDA EM PRIMEIRO LUGAR!

NAS RUAS E PRAÇAS, NOS CENTROS E NAS PERIFÉRIAS DE TODO O BRASIL,  
MILHARES DE PESSOAS VÃO À LUTA POR PARTICIPAÇÃO POPULAR,  
SAÚDE, COMIDA, MORADIA, TRABALHO E RENDA.

**A ADUFPB PARTICIPARÁ DO ATO QUE OCORRERÁ  
EM JOÃO PESSOA. NA LUTA EM DEFESA DA VIDA!**

População vai às ruas no dia 7 de Setembro para **lutar por igualdade e dignidade**. Em João Pessoa, o ato terá concentração às 9h, na Praça das Muriçocas, em Miramar, e segue até a orla do Cabo Branco. A ADUFPB integra as entidades que coordenam o evento. **PÁGINAS 2 e 3**



Reprodução PBAgora

## Um grito pela Democracia

Pelo 27º ano, o Grito dos Excluídos sai às ruas das cidades brasileiras no dia 7 de Setembro para cobrar a construção de um país mais justo e igualitário, com o direito à dignidade garantido a toda a população. O movimento existe desde 1995, sob a organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e reúne movimentos sociais e sindicais, pastorais religiosos, coletivos e frentes populares.

Na Paraíba, este ano o Grito vai se concentrar na Praça das Muriçocas, no bairro de Miramar em João Pessoa, a partir das 9h. “De lá, os manifestantes irão sair em caminhada e em carreata em direção à orla do Cabo Branco. Aqueles que descerem em caminhada, vão se dispersar ao chegarem ao Busto de Tamandaré, enquanto os que seguirem em carreata irão ainda até o Sesc, na praia do Cabo Branco”, explica o diretor de Política Sindical da ADUFPB, Joaquim Feitosa, que participa da organização do ato na Paraíba.

Segundo ele, a caminhada seguirá na frente, com os manifestantes divididos em blocos, e a carreata sairá atrás. Acompanhando o ato, haverá três carros de som, nos quais líderes dos diversos movimentos irão se alternar em falas sobre as lutas por igualdade, por acesso à alimentação e moradia, em defesa da democracia e dos direitos humanos.

“A ADUFPB está junto na coordenação do ato, assim como diversas outras entidades, como a CUT, as pastorais, movimentos sociais, a Consulta Popular, o

Levante Popular, os sindicatos dos Correios e dos Bancários, apenas para citar alguns. O Grito dos Excluídos este ano alerta para o aumento da inflação, a volta da fome e da miséria ao Brasil. Na Paraíba, assim como em outros estados, o movimento incorporou também o movimento ‘Fora Bolsonaro’, para cobrar a saída desse governo antidemocrático, corrupto e inimigo dos direitos humanos e das minorias”, explica o presidente da ADUFPB, Fernando Cunha.

**O Grito dos Excluídos será a quinta grande manifestação este ano contra o governo de Jair Bolsonaro. Protestos já foram realizados nos dias 29 de maio, 19 de junho, 3 de julho e 18 de agosto, data em que houve paralisação dos servidores públicos contra a Reforma Administrativa (PEC 32).**

Para o dia 7 de setembro, a convocatória das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e da Campanha Nacional Fora Bolsonaro reforça que a democracia e a soberania do Brasil estão sob ataque. E que Bolsonaro e sua base ameaçam o país com um golpe, atacando diariamente instituições como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as urnas eletrônicas.

Paralelamente, continuam as consequências da falta de enfrentamento à pandemia, bem como a política econômica desastrosa que vem aumentando o desemprego e deixando milhões de pessoas na miséria e na fome.

Ascom/ADUFPB, com informações da CUT

## Dia 07 de setembro é Grito dos Excluídos, é Fora Bolsonaro e Mourão

A Praça dos Três Poderes, na capital federal, centro nervoso da política institucional, vive dias agitados. Conforme o dia 7 de setembro se aproxima, crescem as manifestações que atacam as liberdades democráticas, a livre organização política e os movimentos sociais. Nessa data, em que historicamente se comemora 7 de setembro como Dia da Independência do Brasil, é também a data do Grito dos Excluídos, ação realizada pelas pastorais sociais da CNBB e diversos movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda. A pergunta que se faz “independência para quem?” é logo respondida quando cada vez mais o governo Bolsonaro destrói nossas riquezas naturais, ataca os direitos do povo pobre trabalhador e tenta entregar nossos patrimônios aos banqueiros.

Os ataques ao Congresso e ao Supremo, por exemplo, realizados pelo bolsonarismo, são expressão escancarada da tentativa golpista de intensificar o autoritarismo estatal, com uso da violência como arma na disputa política. E bem diferente de tentar demonstrar as contradições da democracia burguesa, esses recentes ataques, de forma autoritária, tentam reforçar o controle político, cultural e social, para assim continuar com sua agenda ultraliberal. Mas em Brasília tem luta.

O combate ao pesadelo genocida, ecocida, etnocida e destrutivo embala os sonhos de indígenas que vivem e dormem no Acampamento Luta pela Vida. Esperam que o julgamento do chamado Marco Temporal, reaberto pelo STF, reconheça o direito de habitar o próprio território.

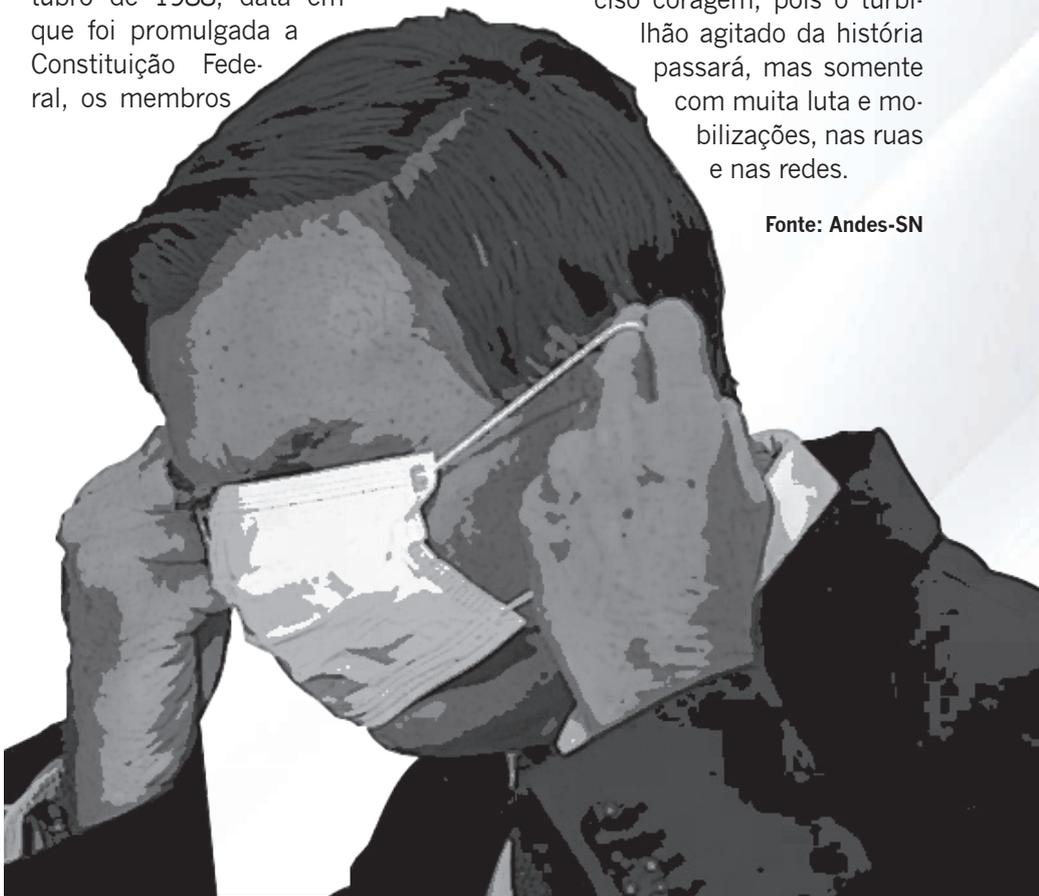
O PL 490/2007 é uma das mais de 20 ameaças à integridade dos povos originários do país, ao lado de outros retrocessos como as tentativas de regularizar a mineração, extração ilegal de madeira e o projeto da Ferrogrão, ferrovia que pretende ligar Mato Grosso ao Pará para escoamento da produção de grãos, só comparável em termos de catástrofe humanitária e ambiental à construção da rodovia Transamazônica e da usina hidrelétrica de Belo Monte.

A tese do Marco Temporal equivale a escolher um ponto específico no tempo e dizer que, se uma família não estava em casa naquele dado momento, a residência não mais pertence a ela. Em 5 de outubro de 1988, data em que foi promulgada a Constituição Federal, os membros

do povo Xokleng não estavam em casa. Haviam sido expulsos da Terra Indígena Ibirama La-Klãnõ, habitada também por povos Kaingang e Guarani, situada a 236 quilômetros a noroeste de Florianópolis (SC). Tiveram que fugir para salvar as suas vidas, uma vez que os bugreiros, como eram conhecidos os milicianos contratados para dizimar indígenas (ou “bugres”, termo racista que vigorava na região naquela época), tinham ordem para não deixar sobreviventes.

Entretanto, o corajoso povo Xokleng não apenas escapou, como conseguiu preservar a sua cultura. Da mesma forma os povos indígenas, quilombolas, LGBTQIA+ e todo o povo pobre trabalhador lutam todo dia pela vida, no meio de uma pandemia descontrolada por causa da política negacionista e criminosa do governo Bolsonaro, assim como lutam por existir. O 7 de setembro não deve ser uma data para nos intimidar, mas para reagir à altura, com um grito unitário: fora governo genocida! É preciso coragem, pois o turbilhão agitado da história passará, mas somente com muita luta e mobilizações, nas ruas e nas redes.

Fonte: Andes-SN



# Em vitória da classe trabalhadora, MP 1045 é rejeitada no Senado

Numa importante vitória para a classe trabalhadora, os senadores e as senadoras derrubaram, na quarta-feira (1º de setembro), a Medida Provisória 1045. O texto, que promovia uma nova reforma trabalhista com graves ataques, foi rejeitado por 47 votos contra, 27 favoráveis e 1 abstenção. A matéria será arquivada.

O texto original da MP, publicado em 28 de abril, reeditava o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que permitiu a suspensão de contratos e a redução de salários durante a pandemia. No entanto, durante sua votação na Câmara dos Deputados, o governo articulou, através dos ministros Onyx Lorenzoni e Paulo Guedes e com o do presidente da Casa Arthur Lira (PP-AL), a inclusão de vários “jabutis” na medida.

Com a mudança, o texto aprovado pelos deputados e pelas deputadas perdeu seu caráter inicial, prorrogando o programa emergencial para além da pandemia e promovendo diversas alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no Código do Processo Civil, e em outras legislações. Além disso, foram incluídos três novos programas: o Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip) e o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário.

Com o argumento de geração de emprego, os programas inseridos na MP fragilizavam as relações de trabalho, criavam novas formas de contratação sem direitos como FGTS, 13º, férias, voltados principalmente para a população jovem de 18 a 29 anos. A proposta também dificultava a fiscalização trabalhista e facilitava situações análogas à escravidão.



**Uma importante derrota imposta à Bolsonaro**

Durante a votação, vários senadores e várias senadoras rejeitaram a proposta pelos ataques que trazia à classe trabalhadora em um momento de pandemia e crise econômica e social. Criticaram, também, a postura dos aliados do governo na Câmara de incluir os “jabutis” no texto, prática já utilizada em outras votações. Além das disputas internas entre parlamentares e governo, outro fator que contribuiu para a derubada da MP 1045 foi a forte pressão exercida por entidades sindicais e movimentos sociais.

Nas ruas e nas redes sociais, a CSP-Conlutas juntamente com as demais centrais sindicais, o ANDES-SN, outros sindicatos e diversas entidades, como o Ministério Público do Trabalho (MPT), denunciaram a gravidade do projeto e cobraram a rejeição por parte dos senadores e das senadoras.

“O governo tentou salvar a MP. Em seu voto, o relator no Senado, senador Confúcio Moura, do MDB, retirou todas as alterações na CLT, mas manteve a criação dos três novos programas e a maioria dos senadores preferiu rejeitar a matéria como um todo, temendo que a MP voltasse para a Câmara e os deputados reintroduzissem os chamados jabutis”, explicou o integrante da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas,

Luiz Carlos Prates, o Mancha.

Segundo o dirigente da CSP-Conlutas, embora boa parte da grande imprensa tenha divulgado a falsa ideia de que a MP 1045 visava gerar empregos, a mobilização das entidades conseguiu demonstrar que a medida iria promover uma nova reforma trabalhista para retirar direitos, agravando ainda mais as condições de trabalho no país. “Quatro anos depois da reforma feita por Temer, o que temos é um mercado de trabalho precarizado. Destruíram direitos e também os empregos”, avaliou.

De acordo com o Mancha, é necessário manter a mobilização e seguir com atenção os próximos movimentos do governo. “Bolsonaro e sua tropa ultraliberal não vão desistir de atacar os direitos dos trabalhadores para garantir lucros ao grande empresariado, aos banqueiros, ao agronegócio. Virão com novas MPs e projetos de lei. Temos outras propostas nefastas para os trabalhadores como a Reforma Administrativa, que significa a destruição dos serviços públicos, a privatização de estatais como os Correios, e outras. Por isso, a tarefa das direções, principalmente das centrais sindicais, é construir uma greve geral para deter a política ultraliberal do governo e do Congresso e também para colocar para fora Bolsonaro e Mourão, já”, concluiu.

# Substitutivo da PEC 32 mantém ataques a servidores e desmonte dos serviços públicos

O deputado Arthur Maia (DEM-BA) apresentou, nessa quarta-feira (01), seu relatório para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32. O texto substitutivo da Reforma Administrativa deve ser votado em Comissão Especial entre os dias 14 e 16 de setembro.

Apesar de trazer modificações em relação à proposta original, o substitutivo mantém os principais ataques à população brasileira, bem como ao conjunto do funcionalismo público. Das 45 emendas apresentadas à proposta na comissão especial, o relator acolheu totalmente 7 e parcialmente 20.

Embora esteja sendo anunciado como uma melhora na proposta, que atendeu às principais demandas apresentadas pelos movimentos contrários à reforma, o texto do relator ainda traz sérios prejuízos para os servidores e as servidoras e aprofunda o desmonte dos serviços públicos. Um deles está contido no artigo 37A, que dispõe sobre a terceirização e privatização de serviços públicos,

como Saúde e Educação, através dos sistemas de cooperação.

Segundo o texto, “União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira”.

O substitutivo de Maia também traz armadilhas, como a alteração no que se refere à estabilidade de servidores. Embora afirme que a estabilidade está mantida no texto, o relator defende que a manutenção ou não de um servidor esteja atrelada a critérios de desempenhos que ainda não estão previstos em lei e serão definidos posteriormente. Além disso, há a previsão de demissões para cargos considerados “desnecessários” ou “obsoletos”. A nova regra também incidirá sobre os atuais servidores.

## Nova regulamentação

O substitutivo propõe a criação de quatro novas leis para regulamentar a administração pública, ignorando a Lei 8112, do Regime Jurídico Único, que regula as relações de trabalho dos servidores e servidoras federais.

O relator propõe a criação de normas gerais sobre concurso público, políticas remuneratórias, de benefícios e de desenvolvimento de pessoas, progressão e promoção funcionais, gestão de desempenho e jornada de trabalho; de normas gerais destinadas a disciplinar a ocupação de cargos em comissão; de normas gerais sobre contratação por tempo determinado em regime de direito administrativo, que definirão, entre outros aspectos, formas de seleção pública, direitos, deveres, vedações e duração máxima do contrato; e de condições para perda de cargo por desempenho insatisfatório de servidor estável ou em decorrência do reconhecimento de que o cargo se tornou desnecessário.

## Contratos temporários

O texto que será votado amplia ainda mais as contratações temporárias, validando para serviços públicos o que antes era proibido e estabelecendo o prazo dos contratos em seis anos. Além do longo período, trabalhadores submetidos a essa forma de contratação terão um “gelo laboral” de dois anos, ficando impossibilitados de retornar à atividade anteriormente prestada.

Essa alteração representará mais um passo na precarização do trabalho no setor público porque somente os cargos chamados “típicos de Estado” é que serão regulamentados.

## Outros ataques

Uma série de ataques aos direitos de servidoras e servidores também estão previstos no substitutivo, desde a perda de benefícios como auxílio alimentação até a redução dos salários e jornada. Os mais prejudicados por essa norma são os servidores municipais, que ganham em sua maioria baixos salários, e aqueles vinculados a autarquias, órgãos ou administração indireta, especialmente os regidos pela CLT.

Além disso, **as servidoras mulheres são alvo de uma regra discriminatória, pois de acordo com a proposta, não teriam direito à gratificações por cargo de chefia, por exemplo, ou outras remunerações acessórias durante o período de licença-maternidade.**

## Mobilização

O conjunto das dez centrais sindicais brasileiras, o Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e demais entidades representativas do funcionalismo público municipal, estadual e federal **decidiram pela realização de uma caravana à Brasília, no próximo dia 14. Além de realizar um ato contra a PEC 32 na capital federal, o intuito é pressionar os parlamentares para que se posicionem contrários à proposta.**

Durante a semana do dia 14 (terça-feira), estão previstas diversas atividades, como mobilização nos aeroportos e nos gabinetes dos e das parlamentares. Além disso, ocorrerão atos nos estados, para dialogar com a sociedade e ampliar a conscientização sobre os ataques contidos na Reforma Administrativa para toda a população.

ANDES-SN, CSP-Conlutas e Agência Câmara.



## Edição virtual de 2021 acontecerá no canal da ADUFPB

Nos dias 24 e 25 deste mês, a cidade onde o Sol nasce primeiro, no Ocidente, vai se encontrar com a Terra do Sol Nascente, no Oriente. Nesse período, acontecerá o XVI Festival da Associação Cultural Brasil-Japão (ACBJ-PB) e o I Colóquio Internacional Cantos das Cidades: Aldeias Sonoras e Translocalidades. A reunião do Japão com João Pessoa será mais um vez virtual, dentro da Mostra Sakura-Ipê, com transmissão pelo canal da ADUFPB no YouTube, assim como aconteceu no ano passado.

Segundo a coordenadora do festival, a professora Alice Lumi, do Departamento de Música da UFPB, o evento pegará carona no tema do Ano Internacional da ONU em 2021, que é a erradicação do trabalho infantil, tendo o brinquedo *kendama* (semelhante ao bilboquê) como destaque. Também terá uma programação fortemente musical, com a apresentação de alguns instrumentos musicais tradicionais no Japão – como o tambor *taiko*, a cítara *koto* e a flauta *shakuhachi*. “Queremos ressaltar o valor de brincar e aprender, além de proporcionar o bem-estar e a saúde por meio do prazer e do convívio coletivo”, ressalta.

A presença dos instrumentos japoneses, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, será o tema da



**Professora Alice Lumi, do Departamento de Música da UFPB e coordenadora do festival**

mesa Translocalidades Nipônicas, com as participações de Rafael Hiroshi Fuchigami, pesquisador no Instituto de Etnomusicologia da Universidade de Música de Tokyo, e de Elizabeth McDonald e Deborah Wong – respectivamente, pesquisadora e professora da Universidade da Califórnia, Riverside.

### HOMENAGEM

A Mostra Sakura-Ipê faz menção à música composta pela cantora Mariko Nakahira, que homenageia a comunidade nipônica no Brasil a partir da união da flor-símbolo do Japão, a sakura (cerejeira), com a flor do ipê, que foi ressignificada pelos imigrantes japoneses. Este ano, contará com oficinas, saraus,

dança e palestra. O objetivo é estimular a criatividade e a autoestima, essenciais para o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança e do adolescente. “Esperamos fazer coro à ‘devolução da infância’ deste Ano Internacional, reforçando o direito ao aprendizado e à diversão, por meio dos brinquedos e das artes”, diz Alice Lumi.

Desde 2005, a programação do Festival da Associação Cultural Brasil-Japão trabalha uma temática diferente a cada ano, sempre com uma atração musical. Como a transmissão online permite a ampliação do público, o evento deste ano reunirá atrações de edições anteriores – como Hilton Cassiano, Kenia Muraoka, Victor Kinjô e Eduardo Colombo, de São Paulo; Kayami Satomi, de Uberlândia; e Sanae Maruoka, de Natal – com os convidados especiais de 2021, que são Tamie Kitahara, grã-mestra da Escola Seiha Brasil de Koto (São Paulo), e Hiroshi Fuchigami, intérprete de shakuhachi, da Pro Música Nipponia (Tóquio).

O festival é fruto de uma parceria entre os projetos de extensão do Centro de Comunicação, Turismo e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o apoio do Consulado Geral do Japão no Recife, da ADUFPB e da Fundação Japão.